INFORMAÇÃO & INFORMAÇÃO
DOI: 10.543/1981-8920.2026v31n3p103
eISSN 1981-8920

Desafios da gestão de documentos em acervos acadêmicos das IES

uma revisão bibliográfica e documental da realidade brasileira

Lucineia Gomes Silva Batista

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Analista Administrativo na Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). Consultora em Gestão de Documentos e Governança da Informação.

Esmeralda, Minas Gerais, Brasil.

lusilva21@gmail.com

Elisângela Cristina Aganette

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG). Pró-reitora de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (PRA-UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

elisangelaaganette@gmail.com

Resumo

Objetivo: Analisar e sistematizar em que medida a dissociação entre as diretrizes de regulação educacional, os fundamentos da Arquivologia e as práticas institucionais compromete a gestão de documentos (GD) do acervo acadêmico nas Instituições de Ensino Superior (IES), com ênfase nos impactos sobre a autenticidade, a integridade e o valor probatório dos documentos. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa, de natureza descritivo-exploratória, baseada em levantamento bibliográfico e documental, fundamentada na análise de literatura científica e de atos normativos do Ministério da Educação (MEC) sobre acervo acadêmico. **Resultados:** Os resultados sinalizam que a aplicação descontínua das normas, associada à ausência de adoção sistemática dos fundamentos arquivísticos, compromete o controle do ciclo de vida dos documentos, fragiliza a cadeia de custódia e reduz a confiabilidade dos documentos que compõem os acervos acadêmicos. **Conclusões:** A efetividade da gestão de documentos dos acervos acadêmicos das instituições de ensino depende da articulação e integração dos planos normativo, arquivístico e operacional.

Descritores: Gestão de documentos. Acervo acadêmico. Normativas MEC. Instituição de Ensino Superior.

Recebido em: 23.04.2026 | **Aceito em:** 29.08.2026

1 Introdução

A presente pesquisa analisa a gestão de documentos (GD) nos acervos acadêmicos das Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, integrantes do Sistema Federal de Ensino, nos termos da Lei n.º 9.394/1996 (Brasil, 1996).

A GD (Brasil, 1991) refere-se ao:

> [...] conjunto de procedimentos e operações técnicas relativas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Considera-se acervo acadêmico o conjunto de documentos produzidos e recebidos por IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, sejam elas públicas ou privadas, relativos à vida acadêmica dos estudantes e necessários à comprovação de seus estudos (Brasil, 2018).

As práticas de GD do acervo acadêmico encontram respaldo em normativos federais de natureza arquivística e educacional, editados por autoridades competentes.

Na perspectiva da regulação da educação superior, destacam-se o Decreto n.º 9.235/2017 e as Portarias n.º 315/2018, n.º 360/2022 e n.º 613/2022, que compõem o arcabouço normativo analisado neste estudo (Brasil, 2017a, 2018, 2022a, 2022b).

Do ponto de vista arquivístico, a GD encontra fundamento na Lei n.º 8.159/1991, denominada Lei de Arquivos, que atribui ao Poder Público o dever de organizar, gerir e proteger o patrimônio documental, constituindo referência para o tratamento dos documentos produzidos e acumulados por IES públicas e privadas (Brasil, 1991).

Embora a GD do acervo acadêmico seja disciplinada por normativos federais, regulação especializada e sustentada por referenciais arquivísticos consolidados, persistem dificuldades na implementação de políticas, procedimentos e práticas sistemáticas e integradas no âmbito das IES.

Pesquisas recentes no campo da Ciência da Informação (CI) e da Arquivologia apontam fragilidades persistentes na GD dos acervos acadêmicos, evidenciando desafios para a efetividade das práticas arquivísticas nas IES (Santos; Aganette, 2021; Nascimento; Volpin Junior, 2025).

Os achados evidenciam fragilidades na observância dos princípios arquivísticos, sinalizando dissociação entre os referenciais normativos e regulatórios

e as práticas institucionais, condição que compromete a GD e fragiliza as garantias de autenticidade, confiabilidade e valor probatório dos documentos nas IES.

Frente a esse contexto, questiona-se: em que medida a dissociação entre as diretrizes de regulação educacional, os fundamentos da Arquivologia contemporânea e as práticas institucionais de GD comprometem a manutenção da autenticidade, da integridade e do valor probatório dos documentos acadêmicos nas IES?

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar e sistematizar as relações entre essa dissociação e as fragilidades observadas na GD do acervo acadêmico das IES, evidenciando seus impactos sobre a autenticidade, a integridade e o valor probatório dos documentos, no contexto das exigências de conformidade institucional.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A fundamentação teórica aborda a GD e o acervo acadêmico. Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos. A seção de análise e discussão dos resultados sistematiza as evidências em quatro dimensões. Por fim, o estudo apresenta as suas considerações finais.

2 Gestão de documentos

A literatura arquivística converge ao situar a gênese da GD arquivística no período pós-Segunda Guerra Mundial, como resposta técnico-científica à expansão documental do Estado moderno.

A ampliação das funções governamentais e a necessidade de racionalizar fluxos informacionais impulsionaram sua institucionalização, fundamentada no controle das massas documentais acumuladas e na aplicação da racionalidade administrativa ao ciclo de vida dos documentos, representado pelas fases corrente, intermediária e permanente (Rousseau; Couture, 1998; Schellenberg, 2006).

Nesse contexto, articula-se aos processos de avaliação documental, os quais consideram os valores atribuídos aos documentos. Schellenberg (2006) compreende a GD como instrumento essencial de controle das massas documentais, orientado à sua racionalização desde a produção.

A GD fundamenta-se no controle sistemático dos documentos ao longo de seu ciclo de vida e na realização da avaliação documental para determinação de sua destinação final, com vistas à racionalização do acúmulo documental e ao suporte contínuo às atividades administrativas.

No Brasil, a Lei de Arquivos define a GD como o conjunto de procedimentos técnicos relativos à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos nas fases corrente e intermediária, com vistas à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Brasil, 1991).

Essa definição normativa enfatiza o valor primário dos documentos arquivísticos institucionais sem excluir a consideração de seus valores secundários e compreende o arquivo intermediário como prolongamento funcional da fase corrente.

No cenário normativo arquivístico brasileiro, o Decreto n.º 4.073/2002 que regulamenta a Lei n.º 8.159/1991 (Brasil, 1991), estabelece as diretrizes para a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e atribui ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) a competência para orientar normativamente as atividades de GD e a proteção especial aos documentos de arquivo em todo o território nacional (Brasil, 2002).

O ordenamento jurídico brasileiro converge com a perspectiva de Schellenberg (2006), especialmente quanto à centralidade da avaliação documental, da classificação e do controle da massa documental, ao mesmo tempo em que dialoga com abordagens integradas do ciclo de vida como as propostas por Rousseau e Couture (1998).

Nessa perspectiva, as funções arquivísticas de classificação e avaliação estruturam a organização e a dinâmica do ciclo de vida documental, fundamento basilar para a definição de prazos de guarda e para a determinação da destinação dos documentos, inclusive os que compõem o acervo acadêmico.

No contexto das atividades finalísticas das IES, a GD constitui requisito fundamental para assegurar a adequada administração e preservação dos registros orgânicos de informação produzidos e/ou recebidos pelas IES vinculados à vida acadêmica do aluno, corroborando a eficiência administrativa, o controle da massa documental acumulada, a transparência e o acesso à informação.

3 Acervo acadêmico

Adota-se a definição de acervo acadêmico prevista na Portaria MEC n.º 315/2018, segundo a qual ele corresponde ao conjunto de documentos produzidos e recebidos pelas IES públicas ou privadas vinculadas ao Sistema Federal de Ensino (Brasil, 2018).

Esses documentos são relacionados à vida acadêmica dos estudantes e à comprovação de seus estudos, possuem natureza arquivística e devem ser mantidos sob a custódia das instituições, observando o Código de Classificação de Documentos (CCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD) relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), apresentados na Portaria AN/MJ n.º 92/2011 (Brasil, 2011).

Portanto, a Portaria MEC n.º 315/2018 adota delimitação taxativa. Nos termos do parágrafo único do art. 38, a composição do acervo restringe-se aos documentos e às informações constantes do CCD e da TTDD relativos às atividades-fim das IFES (Brasil, 2018).

O Quadro 1 apresenta séries documentais vinculadas ao acervo acadêmico, com seus respectivos prazos de guarda nas fases corrente e intermediária e a destinação final, organizadas segundo as classes funcionais de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, em conformidade com o CCD e a TTDD estabelecidos pela Portaria AN/MJ n.º 92/2011 (Brasil, 2011).

Quadro 1 – Histórico das diretrizes sobre acervo acadêmico

Normas	Publicação	Descrição
Portaria MEC n.º 255	20/12/1990	Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância.
Lei n.º 8.159	08/01/1991	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
Decreto n.º 4.073	03/01/2002	Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
Portaria n.º 92 Arquivo Nacional	23/09/2011	Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das IFES, ficando a cargo das dessas dar publicidade aos referidos instrumentos técnicos. Institui o instrumento de gestão do acervo acadêmico.
Nota Técnica n.º 389 SERES/MEC	21/06/2013a	Utiliza formalmente o termo "acervo acadêmico" pela primeira vez; define responsabilidades em casos de descredenciamento de IES.
Portaria MEC n.º 1.224	18/12/2013b	Estabelece normas para guarda e preservação do acervo acadêmico; exige designação do Depositário do Acervo Acadêmico; prevê responsabilidade solidária e autoriza microfilmagem.
Portaria MEC n.º 1.261	23/12/2013c	Determina o uso obrigatório do código de classificação e da tabela de temporalidade das IFES aprovados pela Portaria AN MJ n.º 92/2011.
Nota Técnica n.º 02 SERES/MEC – INEP	07/02/2014a	A Portaria visa consolidar marco normativo abrangente, de forma a disciplinar os prazos de guarda e destinações finais dos documentos informações do Acervo Acadêmico. Ademais, disciplina a responsabilidade pela manutenção de acervos acadêmicos, inclusive diante de descredenciamento de IES e/ou desativação de curso.
Nota Técnica n.º 14 INEP/MEC	07/02/2014b	Tem como objetivo uniformizar o entendimento sobre os Indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, publicado no D.O.U, de 4/2/2014, por meio da Portaria n.º 92, de 31/01/2014, no âmbito das instâncias que compõem o processo de avaliação do SINAES.

Decreto n.º 9.235	15/12/2017a	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
Portaria MEC n.º 22	21/12/2017b	Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu,* nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino. Revogada pela Portaria 315 de 2018.
Portaria MEC n.º 315	04/04/2018	Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação l*ato sensu*, nas modalidades presencial e a distância. Trata do acervo acadêmico (artigos: 37 a 48).
Portaria MEC n.º 332	13/03/2020	Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria n.º 315, de 4 de abril de 2018.
Portaria MEC n.º 360	18/05/2022a	Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital.
Portaria MEC n.º 613	18/08/2022b	Regulamenta o art. 4º da Portaria MEC n.º 360, de 18 de maio de 2022.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Para fins desta pesquisa, a análise dos resultados toma como referência os atos normativos vigentes constituídos pelo Decreto n.º 9.235/2017 e pelas Portarias MEC n.º 315/2018, n.º 360/2022 e n.º 613/2022 (Brasil, 2017a, 2018, 2022a, 2022b), que estabelecem o contexto regulatório da educação superior e disposições relativas à gestão, à guarda e à conversão do acervo acadêmico para o meio digital.

Nesse percurso, os instrumentos de gestão documental instituídos pela Portaria AN/MJ n.º 92/2011 (Brasil, 2011) são tidos como referências para a classificação, avaliação e destinação dos documentos acadêmicos.

4 Metodologia

Esta pesquisa caracterizou-se como básica, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, e inseriu-se no campo da Arquivologia e da CI, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas.

O percurso metodológico fundamentou-se em levantamento bibliográfico e documental, realizado a partir de fontes primárias e secundárias, com vistas à análise crítica da GD aplicada aos acervos acadêmicos das IES brasileiras.

A opção metodológica adotada justificou-se pela necessidade de compreender, de forma contextualizada e interpretativa, as assimetrias entre os marcos normativos do MEC e os preceitos técnico-metodológicos da Arquivologia, refletidas nas práticas de GD das IES no Brasil.

4.1 Classificação da pesquisa

O estudo adotou abordagem qualitativa, adequada ao exame crítico dos

processos institucionais e normativos de GD, ao privilegiar a análise do contexto documental, da coerência técnica e da conformidade regulatória das práticas adotadas pelas IES.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratório e descritivo, ao ampliar a compreensão de uma temática ainda tratada de forma fragmentada na literatura e sistematizar fragilidades recorrentes na aplicação da GD ao acervo acadêmico (Prodanov; Freitas, 2013).

A investigação combina pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2023), possibilitando o confronto entre a produção técnico-científica e os atos normativos vigentes, com vistas à análise crítica das lacunas e desafios de conformidade.

4.2 Procedimentos metodológicos

A análise dos dados fundamentou-se em abordagem qualitativa de natureza interpretativa, orientada pela análise temática de conteúdo (Gil, 2023), aplicada ao exame integrado de fontes normativas e bibliográficas.

A unidade de análise correspondeu a enunciados que expressam: (i) prescrições normativas para o acervo acadêmico; (ii) fundamentos arquivísticos para a GD; e (iii) descrições de práticas institucionais de GD no contexto do acervo acadêmico.

O procedimento analítico desenvolveu-se em três etapas:

(i) codificação temática, com identificação de recorrências relativas a fragilidades, incongruências e desafios da GD;

(ii) agrupamento, com organização dos achados segundo padrões de convergência e eixos analíticos;

(iii) modelagem analítica, estruturada em dimensões interdependentes, com vistas a explicitar a relação entre diretrizes normativas do MEC, fundamentos arquivísticos e práticas arquivísticas institucionais.

Como resultado, definiram-se quatro dimensões analíticas: (i) vulnerabilidades operacionais e infraestruturais; (ii) insuficiências técnico-metodológicas; (iii) fragilidade da cultura informacional; e (iv) descompassos entre teoria e prática.

Parte-se do pressuposto de que as disfunções observadas não constituem ocorrências isoladas, mas resultam de uma dissociação estrutural entre esses três planos.

Além da identificação das fragilidades, o estudo adota um modelo analítico que explicita a relação entre diretrizes normativas, fundamentos arquivísticos e práticas institucionais de GD, partindo do pressuposto de que as disfunções observadas não constituem ocorrências isoladas, mas resultam de uma dissociação estrutural entre esses três planos

4.3 Recursos tecnológicos

Os recursos operacionais incluíram planilhas eletrônicas e editores de texto para o tratamento dos dados e a padronização textual. Foram utilizadas as ferramentas de Inteligência Artificial ChatGPT e NotebookLM como recursos auxiliares nas etapas de organização estrutural e revisão textual do manuscrito, seguidas de análise crítica e validação dos resultados pelos autores. Nenhuma etapa de análise, interpretação ou formulação de conclusões foi delegada a essas ferramentas, mantendo-se a responsabilidade intelectual integral sob os autores.

5 Resultados e discussão

Os resultados são apresentados e discutidos a partir das quatro dimensões analíticas definidas no percurso metodológico, considerando as relações entre diretrizes normativas, fundamentos arquivísticos e práticas institucionais de GD no acervo acadêmico das IES.

5.1 Vulnerabilidades operacionais e infraestruturais

A literatura evidencia que o crescimento do volume documental acumulado nas últimas décadas pelas IES não foi acompanhado pela institucionalização de programas sistemáticos de GD alinhados aos fundamentos normativos e teórico-conceituais da Arquivologia, configurando uma fragilidade recorrente marcada pela insuficiente padronização das práticas e pela desvalorização do documento arquivístico como evidência orgânica das funções e atividades universitárias (Farias, 2021; Pavanati, 2019; Volpin Junior; Nascimento, 2023).

Entre as manifestações dessa problemática, destaca-se o armazenamento inadequado de documentos em depósitos improvisados, subsolos sem controle

ambiental e outros espaços impróprios, conforme observado por Pavanati (2019), Fonseca (2022) e Volpin Junior e Nascimento (2023). Tais condições comprometem a preservação, a segurança e o acesso aos documentos que compõem o acervo acadêmico.

No ambiente digital, os desafios assumem novas configurações. A rápida obsolescência de hardware, software e formatos digitais ameaça a integridade e a preservação da informação registrada, colocando em risco o valor probatório e a função memorial dos arquivos institucionais (Crivellaro, 2023; Lima; Seiffert; Schäfer, 2019).

Esse quadro é agravado pela limitada adoção de SIGAD aderentes aos requisitos estabelecidos pelo e-ARQ Brasil. Como consequência, os sistemas utilizados pelas IES tendem a privilegiar funcionalidades administrativas em detrimento dos requisitos arquivísticos, fragmentando os processos de produção, tramitação, classificação, avaliação e destinação dos documentos (Crivellaro, 2023; Feitoza; Flores, 2019; Lima; Seiffert; Schäfer, 2019; Morais *et al*., 2020).

As vulnerabilidades operacionais e infraestruturais, identificadas neste estudo, evidenciam a necessidade de fortalecer a GD nas IES por meio de uma abordagem sistêmica, contínua e institucionalizada.

Nessa perspectiva, a integração entre políticas, procedimentos, infraestrutura e tecnologias de gestão é fundamental para assegurar condições adequadas de gestão, preservação e acesso aos documentos no âmbito das IES.

5.2 Insuficiências técnico-metodológicas

A análise das insuficiências técnico-metodológicas evidencia a persistência de práticas descontínuas de GD em acervos acadêmicos das IES. Destacam-se, limitação e ausência de política arquivística, procedimentos e instrumentos de gestão (Farias, 2021; Fonseca, 2022; Santana Filho, 2021).

Como reflexo dessas limitações, observa-se o descontrole do ciclo de vida documental, decorrente da inexistência ou da aplicação inadequada de critérios técnico-arquivísticos para classificação, avaliação e destinação.

Tal situação compromete a avaliação e o controle dos documentos, ampliando os riscos de eliminação indevida ou de preservação desnecessária, em prejuízo da autenticidade, da confiabilidade e da segurança jurídica dos documentos acadêmicos.

A ausência de instrumentos de gestão compromete o controle do ciclo de vida documental e favorece a adoção de práticas reativas e assistemáticas, marcadas pelo atendimento de demandas pontuais em detrimento de ações planejadas e contínuas.

Como resultado, a gestão do acervo acadêmico passa a ocorrer sem critérios e procedimentos arquivísticos formalmente estabelecidos, comprometendo a classificação, a avaliação, a destinação e a preservação dos documentos (Fonseca, 2022; Santana Filho, 2021; Santos, 2022; Volpin Junior; Nascimento, 2023).

Sob essa perspectiva, a Lei n.º 8.159/1991 e as Portarias MEC n.º 315/2018, n.º 360/2022 e n.º 613/2022 (Brasil, 1991, 2018, 2022a, 2022b) constituem importantes referenciais para a padronização e a sistematização da GD do acervo acadêmico. Entretanto, sua efetividade depende da implementação articulada de instrumentos, procedimentos e práticas alinhados aos princípios arquivísticos.

Nessa perspectiva, a aplicação sistemática do CCD e da TTDD, previstos na Portaria AN/MJ n.º 92/2011 (Brasil, 2011), constitui condição essencial para o controle do ciclo de vida dos documentos, a adequada destinação documental e a preservação do acervo acadêmico.

Nessa direção, o estabelecimento de políticas arquivísticas, procedimentos formalizados e instrumentos de gestão constitui elemento estruturante da GD no âmbito do acervo acadêmico.

Ressalta-se que sua implementação demanda processos contínuos e institucionalizados, capazes de integrar requisitos normativos, técnicos e operacionais e assegurar a adequada gestão e preservação dos documentos.

5.3 Fragilidades da cultura informacional

Se as insuficiências técnico-metodológicas comprometem a aplicação de políticas, procedimentos e instrumentos de GD, e as vulnerabilidades operacionais e infraestruturais afetam o controle, a organização e a preservação dos documentos, a dimensão cultural permeia esses processos e condiciona sua institucionalização e continuidade.

Sambo e Woida (2024) afirmam que a cultura informacional é elemento essencial à consolidação da GD. Nesse sentido, a fragilidade dessa cultura favorece a manutenção de práticas fragmentadas e assistemáticas, dificulta a formalização e a efetiva implementação de políticas, procedimentos e instrumentos de GD e reduz a

informação à condição de recurso operacional, em vez de reconhecê-la como ativo estratégico institucional.

A ausência de políticas arquivísticas formalizadas e de diretrizes técnico-arquivísticas para a GD nas IES acentua a dispersão de responsabilidades e favorece a manutenção de práticas descoordenadas.

Essa desarticulação também se manifesta nas condições institucionais para a incorporação do conhecimento especializado em GD. Cardoso *et al*. (2019) e Feitoza e Flores (2019) evidenciam que algumas universidades não dispõem de arquivistas ou contam com número reduzido desses profissionais.

A fragilidade da cultura informacional limita a efetividade das normativas, especialmente quando associada ao número reduzido ou à ausência de arquivistas, à baixa institucionalização do conhecimento técnico e à interpretação restrita da legislação sobre GD e das normas regulatórias específicas do acervo acadêmico.

A insuficiente incorporação da GD à cultura institucional favorece a retenção setorial dos documentos e informações, a marginalização do arquivo e a não aplicação sistemática dos instrumentos de gestão, destinados a classificação, avaliação e destinação dos documentos, cenário agravado pelo acúmulo documental no ambiente digital e pela descontinuidade administrativa.

Diante disso, o fortalecimento da cultura informacional nas IES é fundamental para incorporar a GD às práticas institucionais, assegurar o cumprimento das exigências legais e regulatórias e aplicar os conhecimentos arquivísticos, consolidando-a como função estratégica para a gestão e a preservação do patrimônio documental.

5.4 Descompassos entre teoria e prática

A regulação do acervo acadêmico avançou de forma incremental, com a institucionalização de instrumentos de GD e preservação no setor educacional; contudo, esse avanço permanece marcado por imprecisões conceituais, inconsistências terminológicas e lacunas de padronização, que dificultam sua aplicação nas IES (Lima; Seiffert; Schäfer, 2019; Nascimento; Volpin Junior, 2025).

Nas IES, esse descompasso manifesta-se em ações setorizadas e reativas, voltadas ao atendimento de demandas legais e regulatórias, bem como na inoperância das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) e na ausência de

priorização da GD nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) (Correia; Araújo; Silva, 2025).

Esse descompasso se intensifica no ambiente digital, pois a digitalização realizada sem a aplicação prévia de classificação e avaliação documental tende a reproduzir inconsistências já presentes na GD em suporte analógico.

Nesse contexto, a ausência de políticas institucionais de GD e a adoção de tecnologias dissociadas dos fundamentos arquivísticos podem favorecer a chamada "digitalização do caos", reproduzindo no ambiente digital fragilidades já presentes nas práticas institucionais (Feitoza; Flores, 2019; Lima; Seiffert; Schäfer, 2019).

Não basta a IES dispor de um sistema especializado para a preservação de documentos arquivísticos como o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), se seus processos e procedimentos de GD permanecem fragmentados e desarticulados.

Dessa forma, o descompasso entre a regulamentação educacional e os fundamentos arquivísticos evidencia que a existência de um arcabouço normativo não assegura, por si só, a estruturação da GD.

Assim, o desafio não está apenas na incorporação de tecnologias, mas na articulação entre regulação, fundamentos arquivísticos e práticas institucionais, condição necessária para que a transformação digital resulte em efetiva gestão e preservação dos documentos arquivísticos.

5.5 Síntese

A análise das quatro dimensões investigadas permite sistematizar, no Quadro 2, as principais fragilidades identificadas e os desafios associados à GD do acervo acadêmico das IES.

Quadro 2 - Fragilidades identificadas e desafios da GD no acervo acadêmico das IES

Dimensão	Fragilidades identificadas	Desafios
Vulnerabilidades operacionais e infraestruturais	Acúmulo documental desordenado, com armazenamento inadequado e ausência de controle ambiental	Estruturar condições adequadas de guarda e preservação, com controle ambiental e gestão sistemática do acervo
Insuficiências técnico-metodológicas	Ausência ou aplicação incipiente de instrumentos arquivísticos (CCD e TTDD)	Institucionalizar os instrumentos de GD (CCD/TTDD), assegurando o controle do ciclo de vida documental
Insuficiências técnico-	Rupturas na cadeia de custódia devido à	Assegurar a continuidade da cadeia de

metodológicas	gestão fragmentada e descontínua.	custódia, com integração entre ambientes físicos e digitais
Fragilidade da cultura informacional	Baixa priorização da GD e desconhecimento do valor estratégico da informação	Consolidar a GD como função estratégica, com definição de políticas e valorização profissional
Descompassos entre teoria e prática	Lacunas conceituais e terminológicas nas diretrizes do MEC para acervo acadêmico	Promover convergência entre regulação educacional e fundamentos arquivísticos
Descompassos entre teoria e prática	Distanciamento entre normativas e práticas institucionais	Converter diretrizes normativas em práticas efetivas, com monitoramento e avaliação contínua

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O núcleo dos desafios das IES não reside na ausência de diretrizes normativas e técnicas, mas nas fragilidades de sua institucionalização, uma vez que a existência de normas e instrumentos de GD não assegura, por si só, sua incorporação aos processos e às práticas institucionais, especialmente quando dissociados dos fundamentos arquivísticos.

A superação desse descompasso requer o reposicionamento da GD como função estratégica no setor educacional superior, integrada ao planejamento institucional e articulada às diretrizes do MEC, do Conarq e do Arquivo Nacional e aos fundamentos teórico-metodológicos do campo da Arquivologia.

Portanto, a efetividade da GD transcende a adesão formal às normativas e depende da implementação sistêmica de políticas, procedimentos e instrumentos arquivísticos, articulados às condições institucionais necessárias à sua execução.

6 Considerações finais

A presente investigação cumpriu o objetivo de analisar e sistematizar a relação entre as diretrizes de regulação educacional, os fundamentos da Arquivologia e as práticas institucionais, identificando fragilidades na GD dos acervos acadêmicos das IES.

A consolidação da GD nas IES requer o fortalecimento da cultura informacional, com o reconhecimento da informação como recurso estratégico e a inserção da GD na governança institucional. Esse processo depende do compromisso da alta gestão, da formalização de políticas, procedimentos e responsabilidades e da incorporação sistemática dos fundamentos arquivísticos às práticas institucionais.

Nesse sentido, alinhar as exigências legais e regulatórias do MEC aos fundamentos teórico-metodológicos da Arquivologia constitui condição estratégica

para superar a dissociação entre teoria e prática e conferir efetividade à GD do acervo acadêmico.

As quatro dimensões analisadas constituem facetas interdependentes de uma disfunção sistêmica. Como desdobramento dos achados, propõe-se compreender a GD do acervo acadêmico das IES a partir da articulação entre três planos: normativo, arquivístico e operacional.

O plano normativo corresponde às diretrizes regulatórias aplicáveis ao acervo acadêmico; o arquivístico, aos fundamentos e princípios teórico-metodológicos da Arquivologia; e o operacional, à implementação sistêmica de políticas, procedimentos e instrumentos de GD em conformidade com esses referenciais.

A superação das fragilidades identificadas requer o reposicionamento da GD como função estratégica nas IES, mediante a institucionalização de políticas e procedimentos, a aplicação sistemática do CCD e da TTDD e a adoção de infraestrutura, processos e sistemas aderentes aos referenciais do e-ARQ Brasil e do RDC-Arq.

Como limitação, destaca-se a natureza bibliográfica e documental da investigação, que restringe a análise das diferentes realidades institucionais e não permite avaliar diretamente a implementação das diretrizes e dos instrumentos arquivísticos nas IES.

Estudos empíricos futuros poderão analisar a aderência dos processos vinculados às atividades-fim aos instrumentos arquivísticos e investigar a implementação e o monitoramento das diretrizes normativas, contribuindo para testar e validar as relações identificadas neste estudo.

A sistematização das diretrizes normativas e das fragilidades identificadas oferece subsídios ao diagnóstico e ao planejamento institucional da GD, contribuindo para o enfrentamento de desafios recorrentes e para a atuação de gestores e profissionais envolvidos na implementação e/ou adequação das práticas de GD no acervo acadêmico.

Agradecimentos

Agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa (Processos 306386/2025-9, Autor 2).

Referências

BRASIL. **Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em: 12 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica n. 14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC**: instrumento de avaliação institucional externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, DF: INEP, 2014b. Disponível em:https://abmes.org.br/arquivos/documentos/Nota_Tecnica_14-2014,Novo_Instrumento_Aval-Inst.,_Cred_e_Recred-Fev2014.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 ago. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e pós-graduação no Sistema Federal de Ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em: 11 mar. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica Conjunta SERES/MEC – INEP/MEC n. 02/2014**, **de 3 de outubro de 2014**. Dispõe sobre a verificação do cumprimento dos requisitos legais e normativos referentes à Portaria MEC n.º 1.224/2013 [...]. Brasília, DF: MEC/INEP, 2014a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica n. 389/2013/CGLNRS/DPR/SERES/MEC, de 21 de junho de 2013**. Orienta acerca da responsabilidade pela manutenção do acervo acadêmico em caso de descredenciamento de IES. Brasília, DF: MEC, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.224, de 18 de dezembro de 2013.** Estabelece normas para a organização, guarda, preservação e acesso ao acervo acadêmico das instituições de educação superior integrantes do Sistema Federal de Ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2013b. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-mec-no-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013. Acesso em: 8 abr. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.261, de 23 de dezembro de 2013.** Torna obrigatório o uso do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovados pela Portaria AN/MJ n.º 92/2011, e estabelece procedimentos para monitoramento de sua implementação. Brasília, DF: Presidência da República, 2013c. Disponível em https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-1-261-de-23-de-dezembro-de-2013. Acesso em: 8 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 315, de 4 de abril de 2018.** Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e estabelece normas para organização e preservação do acervo acadêmico Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-315-de-4-de-abril-de-2018-9177556. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 332, de 13 de março de 2020.** Altera o prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2020]. Disponível em: https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/4548. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 360, de 18 de maio de 2022.** Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital. Brasília, DF: Presidência da República, 2022a. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-360-de-18-de-maio-de-2022-401082263. Acesso em: 11 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 613, de 18 de agosto de 2022.** Regulamenta o art. 4º da Portaria MEC n.º 360/2022 e estabelece procedimentos para conversão e preservação do acervo acadêmico digital. Brasília, DF: Presidência da República, 2022b. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-613-de-18-de-agosto-de-2022-423583397. Acesso em: 11 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 255, de 20 de dezembro de 1990.** Estabelece normas para organização, guarda, conservação e eliminação de documentos escolares no âmbito das Instituições de Ensino Superior. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://eng.ufba.br/sites/eng.ufba.br/files/portaria_no_255_de_20_de_dezembro_de_1990.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n. 22, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017b. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-22-de-21-de-dezembro-de-2017. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Conselho Nacional de Arquivos. **Portaria AN n. 92, de 23 de setembro de 2011.** Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior.

Brasília, DF: Conselho Nacional de Arquivos, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-92-de-23-de-setembro-de-2011. Acesso em: 12 abr. 2026.

CARDOSO, Laila Guimarães. DONATO, Julia Araujo; SILVA, Maria Carolina Gonçalves da; SHINTAKU, Milton. As políticas de arquivo para documentos físicos e nato-digitais nas universidades federais brasileiras. **Acervo,** Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 64-74, jan./abr. 2019. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1032. Acesso em: 12 abr. 2026.

CORREIA, Maria Abdilene; ARAÚJO, Alessandra dos Santos; SILVA, Renato Motta Rodrigues da. Gestão documental no plano de desenvolvimento institucional: estudo comparativo entre UFS e UFBA. **Ágora**: arquivologia em debate, Florianópolis, v. 35, n. 70, p. 1-23, jan./jun. 2025. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1263. Acesso em: 8 abr. 2026.

CRIVELLARO, Fernanda Furio. **Mapeamento de processos como ferramenta auxiliar para conversão digital em gestão de documentos acadêmicos**. 2023. 213 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2023. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/366aa8d2-8868-49c0-b6d4-172aee286629/content. Acesso em: 8 abr. 2026.

FARIAS, Joice de Oliveira. **Instrumentos técnicos de gestão de documentos do Poder Executivo Federal**: uma análise da adesão das IFES (1996-2019). 2021. 118 f. Produto técnico-científico (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.unirio.br/cla/ppgarq/tccs/tccs-do-ano-2021/farias-joice-de-oliveira-instrumentos-tecnicos-de-gestao-de-documentos-uma-analise-da-adesao-das-instituicoes-federais-de-ensino-superior-1996-2019/at_download/file. Acesso em: 12 abr. 2026.

FEITOZA, Eduardo Rafael Miranda; FLORES, Daniel. Diagnóstico da gestão de documentos arquivísticos digitais na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: análise dos dados de pesquisa do Observatório de Documentos Digitais. *In*: ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS, 14., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: AAESC, 2019. Disponível em: https://994bc771-b71f-4c33-a0b2-f4261f9fa214.filesusr.com/ugd/66e97c_6dbc9cd70f1b463d80dd872c9c1f87fd.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

FONSECA, Patrícia da Silva. **Gestão de acervos documentais em instituições universitárias e o acesso à informação**: o caso do arquivo do Serviço de Registro de Diplomas e Certificados da Universidade Federal de Viçosa (1934-2020). 2022. 256 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022. Disponível em: https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/24efbbf9-61ef-4fe1-b82d-3b0347f2bac8/content. Acesso em: 28 mar. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

LIMA, Eliseu dos Santos; SEIFFERT, Claudineli Carin; SCHÄFER, Murilo Billig. Acervo acadêmico das IES pertencentes ao sistema federal de ensino: manutenção, guarda e conversão para o meio digital conforme a legislação brasileira. **Revista Sociais & Humanas**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 23-45, jul./dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/34261. Acesso em: 28 mar. 2026.

MORAIS, Sílvia Cintra Borges; MUSSI, Clarissa Carneiro; LIMA, Maurício Andrade de; PINTO, Marli Dias de Souza. Tecnologia da informação e desempenho da gestão documental em uma Universidade Federal. **Perspectivas em Ciência da Informaçã**o, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 3-30, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/WW5xdvVXqWqRkBzSbFrgPmz/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira; VOLPIN JUNIOR, Marcos. Caminhos e descaminhos da política pública arquivística: o Ministério da Educação e a regulação do acervo acadêmico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, e-141213, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/emquestao/a/ptxNWHZJzgLfBf8yH87hxMt/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 mar. 2026.

PAVANATI, André. **Gestão da informação e sistemas de informação no acervo acadêmico de uma instituição federal de ensino superior**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214662. Acesso em: 25 mar. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SAMBO, Acia Domingos Cumbane; WOIDA, Luana Maia. Cultura informacional voltada para instituições de ensino superior: valores e crenças como elementos centrais. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 22, e024005, p. 1-20, 2024. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8673474. Acesso em: 8 abr. 2026.

SANTANA FILHO, Décio de. Acervo acadêmico da Universidade Federal de Alagoas (UFAL): um estudo de caso do fluxo e da situação de sua gestão. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 51-68, jan./jun. 2021. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/160841. Acesso em: 9 abr. 2026.

SANTOS, Rosaria Ferreira Otoni dos. **Metodologias de gestão de documentos em instituições de ensino superior brasileiras**: uma revisão sistemática de literatura.

Dissertação (Mestre em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/763bd2ae-5b23-47ef-a2eb-b0c04aa38b6e. Acesso em: 11 mar. 2026.

SANTOS, Rosaria Ferreira Otoni dos; AGANETTE, Elisângela Cristina. Metodologias para gestão documental em instituições de ensino superior: uma revisão sistemática de literatura. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. Especial, 2021. DOI: 10.35699/2237-6658.2021.37180. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/37180. Acesso em: 12 mar. 2026.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VOLPIN JUNIOR, Marcos; NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. O tratamento documental na Universidade Federal de Minas Gerais: uma breve cronologia. **Ágora**: Arquivologia em Debate, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 25-45, jan./jun. 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/225722. Acesso em: 12 abr. 2026.

Challenges in records management of academic records in Higher Education Institutions

a bibliographic and documentary review of the brazilian context

Abstract

Objective: To analyze and systematize the extent to which the dissociation between educational regulatory guidelines, the foundations of Archival Science, and institutional practices compromises records management in academic archives at Higher Education Institutions (HEIs), with emphasis on the impacts on the authenticity, integrity, and evidential value of records. **Methodology:** Qualitative research of a descriptive-exploratory nature, based on bibliographic and documentary review, grounded in the analysis of scientific literature and regulatory acts issued by the Ministry of Education (MEC) concerning academic archives. **Results:** The findings indicate that the discontinuous application of regulations, combined with the lack of systematic adoption of archival principles, undermines control over the records life cycle, weakens the chain of custody, and reduces the reliability of the records that comprise academic archives. **Conclusions:** The effectiveness of records management in academic archives at Higher Education Institutions depends on the articulation and integration of the regulatory, archival, and operational dimensions.

Descriptors: Records management. Academic records. MEC regulations. Higher education institution.

Desafíos de la gestión de documentos en acervos académicos de las Instituciones de Educación Superior

una revisión bibliográfica y documental de la realidad brasileña

Resumen

Objetivo: Analizar y sistematizar en qué medida la disociación entre las directrices de regulación educativa, los fundamentos de la Archivística y las prácticas institucionales compromete la gestión documental de los archivos académicos en las Instituciones de Educación Superior (IES), con énfasis en los impactos sobre la autenticidad, la integridad y el valor probatorio de los documentos. **Metodología**: Investigación cualitativa, de carácter descriptivo-exploratorio, basada en revisión bibliográfica y documental, fundamentada en el análisis de literatura científica y de los actos normativos del Ministerio de Educación (MEC) relativos a los archivos académicos. **Resultados:** Los resultados indican que la aplicación discontinua de las normas, asociada a la ausencia de una adopción sistemática de los fundamentos archivísticos, compromete el control del ciclo de vida de los documentos, debilita la cadena de custodia y reduce la fiabilidad de los documentos que integran los archivos académicos. **Conclusiones:** La efectividad de la gestión documental de los archivos académicos en las instituciones de educación superior depende de la articulación e integración de las dimensiones normativa, archivística y operacional.

Descriptores: Gestión de documentos. Acervo académico. Normativa del MEC. Institución de educación superior.